

OS NEXOS DE RE-ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE E DA REDE URBANA: AS IMPLICAÇÕES ESPACIAIS DA INSTALAÇÃO DA USINA DE BELO MONTE EM ALTAMIRA-PA E EM SUA REGIÃO DE INFLUÊNCIA

MIRANDA NETO, José Queiroz de¹

Resumo

O presente artigo aborda a respeito do papel da usina hidrelétrica de Belo Monte nas transformações espaciais em Altamira-PA e em sua região de influência (RIA). Para fins da análise, considera-se a cidade de Altamira como uma cidade média, permitindo-se utilizar os autores, as abordagens teóricas e as variáveis utilizadas para se tratar desse tema no Brasil. No decurso da pesquisa, entendeu-se que formulações até então desenvolvidas a respeito das cidades médias, ao mesmo tempo em que se mostram relevantes, necessitam de uma explicação adicional para chegar a uma formulação coerente a respeito da realidade em estudo. A partir de uma prospecção teórica que articula os conceitos de estrutura, estruturação e suas relações com o espaço social, chega-se a uma formulação denominada de “nexus de re-estruturação da cidade e da rede urbana”, que designa uma forma metodológica necessária para ler a realidade de Altamira e de sua região de influência em seu movimento, com camadas e nuances necessárias para divisar o novo e o velho em processo de transformação.

Palavras-chaves: Reestruturação da cidade, Reestruturação urbana, Altamira, Amazônia.

LOS NECESOS DE RE-ESTRUCTURACIÓN DE LA CIUDAD Y DE LA RED URBANA: LAS IMPLICACIONES ESPACIALES DE LA INSTALACIÓN DE LA USINA DE BELO MONTE EN ALTAMIRA-PA Y EN SU REGIÓN DE INFLUENCIA

Resumen

Este trabajo propone una discusión sobre el papel de la central hidroeléctrica de Belo Monte en las transformaciones espaciales en Altamira-PA y su región de influencia (RIA). En el análisis, se considera la ciudad de Altamira como una ciudad intermedia y, por eso, hay necesidad de utilizar los autores, los enfoques teóricos y las variables necesarias para tratar este tema en Brasil. Durante la investigación, se constató que las formulaciones desarrolladas hasta el momento acerca de las ciudades intermedias, mientras que se muestran relevantes, requiere una explicación adicional para llegar a una formulación coherente de la realidad objeto del estudio. Desde una perspectiva teórica que articula los conceptos de estructura, la organización y sus relaciones con el espacio social, se llega a una formulación que se llama "nexus de re-estructuración de la ciudad y la red urbana", que designa una forma metodológica importante con el fin de discernir la realidad de Altamira y su área de influencia en su movimiento, con los matices necesarios para discernir lo nuevo y lo viejo en el proceso de transformación.

Palabras clave: Reestructuración de la ciudad, Reestructuración urbana, Altamira, Amazônia.

THE CITY AND URBAN NETWORKS RE-STRUCTURING NEXUS: THE SPACIAL IMPLICATIONS OF THE INSTALLATION OF THE BELO MONTE MINE IN ALTAMIRA-PA AND ITS REGION OF INFLUENCE

Abstract:

This article deals with the role of the hydroelectric power plant of Belo Monte in the spatial transformations in Altamira-PA and its region of influence (RIA). For purposes of analysis, the city of Altamira is considered a medium-sized city, allowing us to use the authors, the theoretical approaches and the variables used to deal with this theme in Brazil. During the research, it was understood that formulations so far developed regarding medium-sized cities, while being relevant, need further explanation to reach a coherent formulation regarding the reality under study. From a theoretical perspective that articulates the concepts of structure, structuring and its relations with the social space, comes a formulation denominated “nexus of re-structuring of the city and the urban network”, that designates a necessary methodological form to read the reality of Altamira and its region of influence in its movement, with layers and nuances necessary to discern the new and the old in the process of transformation.

¹ Prof. Dr. da Universidade Federal do Pará (UFPA – Campus de Altamira), Mestre em Geografia pelo PPGE0 e Doutor em Geografia pela UNESP – Campus de Presidente Prudente.

Keywords: Reestructuring the city, Urban restructuring, Altamira, Brazilian Amazon.

1. Introdução

As implicações espaciais da instalação de grandes empreendimentos na Amazônia, como estradas, usinas hidrelétricas e indústrias de mineração, têm sido objeto de várias frentes de análise em Geografia, a exemplo de estudos em Becker (1990), Trindade Jr & Rocha (2002) Silva (2013), Trindade Jr. et al (2016), dentre outros. Estes autores apresentam importantes elementos a respeito da nova forma do urbano após a integração da Amazônia à economia nacional e demonstram o papel transformador dos grandes projetos de infraestrutura nesses contextos particulares.

Neste trabalho, os esforços são direcionados a compreender a relação entre a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte e as implicações espaciais que envolvem a cidade de Altamira-PA e sua região de influência. Para fins da análise, considera-se a cidade de Altamira como uma cidade média, permitindo-se adentrar aos autores e às abordagens teóricas que tratam desse tema no Brasil. No decurso da pesquisa, entendeu-se que formulações até então desenvolvidas a respeito das cidades médias, ao mesmo tempo em que se mostram relevantes, necessitam de uma explicação adicional para chegar a uma explicação coerente sobre a realidade em estudo. A partir de uma prospecção teórica que articula os conceitos de estrutura, estruturação e suas relações com o espaço social, chega-se a um modelo denominado de “nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana”, que designa uma forma metodológica necessária para ler a realidade de Altamira e de sua região de influência em seu movimento, com camadas e nuances necessárias para divisar o novo e o velho em processo de transformação.

A área efetiva de estudos corresponde aos centros urbanos na confluência entre o rio Xingu e a Rodovia Transamazônica (BR-230): Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu e Porto de Moz. Para fins de simplificação, utiliza-se aqui a denominação Região de Influência de Altamira (RIA), que nada mais é que combinação entre os centros urbanos definidos na REGIC (IBGE, 2008) e as áreas municipais classificadas na divisão urbano-regional do Brasil (IBGE, 2013). Trata-se de uma visão que pretende integrar as escalas que envolvem a cidade e a região, considerando a usina hidrelétrica com um importante vetor de transformação.

A partir de 2010, quando é liberada a licença de instalação de Belo Monte, a cidade de Altamira começa a atravessar um conjunto de mudanças que alteram a sua estrutura interna e as suas propriedades enquanto centro urbano. Objetiva-se, então, analisar os eventos resultantes da instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte em Altamira-PA e em

sua região de influência (RIA), de modo a verificar em que medida se produz a reestruturação da cidade e a reestruturação urbana. Tendo em vista a complexidade da tarefa proposta, recorreu-se a alguns elementos de análise adotados pela Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) , que reúne um conjunto de temas de pesquisa e sugere metodologias importantes para as investigações em curso sobre as cidades médias no Brasil e em alguns países da América Latina

Com base no método de interpretação dialético, o exercício proposto consiste em verificar as qualidades individuais das partes que formam o todo (os aspectos que, em conjunto, constituem a cidade e a região em estudo) e tentar discernir de que forma estes se alteram no contexto de instalação da usina hidrelétrica. Posteriormente se fará o movimento inverso, como sugere Lefebvre (1983 [1969], p. 210) “é sempre necessário voltar das partes ao todo, pois este é que contém a realidade, a verdade, a razão de ser das partes”. Através desse caminho, será possível identificar se as mudanças processadas a partir da usina hidrelétrica promovem (ou não) os saltos qualitativos para se relacionar, de fato, a realidade em estudo ao que se entende por reestruturação da cidade e reestruturação urbana.

2. Cidades médias e os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana

Por volta de 1970, a dinâmica do capitalismo mundial passa a ser marcada por uma crise do fordismo e pela emergência de uma economia flexível, como designa Harvey (2005). Essa transição histórica possui fortes rebatimentos espaciais, na qual se verifica um declínio das cidades industriais e uma desconcentração de população e de atividades econômicas dos grandes centros para outros de menor porte. Esse momento de transição é, também, teorizado por Soja (1993) que trabalha sob a perspectiva de uma “reestruturação”, isto é, de “uma ruptura nas tendências seculares e uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferente da vida social” (SOJA, 1993, p. 193). Santos (1998) viu nessa transição a emergência de uma nova realidade onde “o próprio espaço geográfico pode ser chamado de meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 1998, p. 123). Este meio geográfico, por sua vez, propicia a ampliação das trocas de matéria e energia e promove uma maior solidariedade entre os lugares. No Brasil, uma importante feição dessa nova tendência diz respeito à desconcentração espacial de atividades que antes se faziam presentes nos centros econômicos de maior densidade técnica (as metrópoles) e que, agora, tendem a se localizar em espaços relativamente distantes dos grandes centros, porém verticalmente integrados através redes urbanas modernas e cada vez mais fluidas. Em certa medida, são as cidades médias e de porte médio que respondem a essas novas investidas do

capital, permitindo a expansão das atividades industriais, comerciais e de serviços especializados para além dos centros metropolitanos.

Trata-se, entretanto, de um processo incompleto e não homogêneo. Nas regiões Sudeste e Sul, por exemplo, onde se tem um maior desenvolvimento dos transportes a partir de grandes autopistas, de estradas vicinais e de intensa atividade aeroviária “a circulação se torna fácil e o território fluido. E essa fluidez do território tem como consequência uma acessibilidade (física e financeira) maior dos indivíduos” (SANTOS, 1998, p. 150). Há, portanto, uma maior densidade da divisão do trabalho, com a presença de especializações urbanas e uma maior tendência à circulação da produção, à ampliação do consumo e à geração de riqueza. Nesse contexto, as cidades médias se ajustam a uma dinâmica mais ampla de integração das atividades, com centros que se dedicam a funções urbanas especializadas em uma zona de grande dinamismo do capital. Em contraste, nas regiões do país cuja divisão do trabalho é menos densa ocorre, como sugere Santos (2009, p. 58), uma “acumulação de funções numa mesma cidade e, conseqüentemente, as localidades de mesmo nível, incluindo as cidades médias, são mais distantes uma das outras”.

A partir do caso da cidade de Altamira, constata-se a existência de um feixe de vetores relacionado à introdução da usina hidrelétrica de Belo Monte. Trata-se, portanto, de um evento (SANTOS, 2014) que desencadeia diversos processos e práticas espaciais de diferentes sujeitos que, de modo vertiginoso, passam a produzir novas formas-conteúdo e alterar a dinâmica da cidade. O problema teórico que surge a partir deste conjunto de fenômenos é definir em que medida aquilo que se processa na realidade em estudo corresponde, de fato, à produção de uma materialidade qualitativamente diferente do que se vinha produzindo até então.

No âmbito das ciências sociais, tem sido utilizada de forma recorrente a palavra “reestruturação” seguida de seus adjetivos, como “reestruturação produtiva”, “reestruturação econômica” e “reestruturação espacial”. Nas últimas décadas, um dos principais debates nos estudos sobre a cidade e o urbano é aquele que busca evidenciar as mudanças recentes na constituição da espacialidade capitalista, levando alguns autores utilizar o termo “reestruturação urbana” (SOJA, 1993; SPOSITO, 2005; GOTTDIENER, 2010) para se referir a esse quadro de mudanças. No entanto, esse constante olhar para frente não pode se furtar das permanências, daquilo que resiste às vezes de modo mais débil às vezes de forma mais firme. Em regiões onde o capitalismo se desenvolve de maneira menos dinâmica, os vetores da modernidade se estabelecem lado a lado de elementos cuja tradição é mais longa, mais profunda e enraizada no espaço.

De acordo com Abbagnano (2007, p. 438), a palavra estrutura é “por um lado, sinônimo de forma (...) e por outro lado, é sinônimo de sistema, como conjunto ou totalidade de relações”. A partir dessa concepção sistêmica, começa-se a inferir sobre a existência de comportamentos que são comuns a diferentes comunidades de sujeitos, mas que não são percebidos de forma consciente pelos mesmos, de modo que apenas o pesquisador é capaz de compreender e explicar essas estruturas. Como afirma Piaget (1979, p. 51) “a estrutura não pertence à consciência e sim ao comportamento e o indivíduo adquire dela apenas um conhecimento restrito”. Traduz-se, portanto, em encadeamentos lógicos, em conexões mentais entre os indivíduos que representam o primado do social (do coletivo) sobre o mental (o “eu”, o vivido). Estas estruturas subjacentes da sociedade se reproduzem nas relações concretas e nelas se realizam, porém apenas podem ser alcançadas a partir de uma formalização, isto é, de mediações teórico-metodológicas capazes de investigá-las e interpretá-las. Harvey (1980) empresta de Piaget (1979) as definições necessárias para se compreender como as totalidades são estruturadas, chegando-se ao conceito de “estruturas em transformação”, uma vez que, na ontologia de Marx “a pesquisa deve dirigir-se para a descoberta das regras de transformação pelas quais a sociedade está constantemente sendo reestruturada” (HARVEY, 1980, p. 250).

Tendo em vista o caráter diacrônico das estruturas, pautado pela constante transformação a que são submetidas, deve-se buscar os fundamentos que sustentam o conceito de “estruturização” que, apesar de ser derivado da estrutura, remete a questões diferenciadas do ponto de vista da análise espacial. O que está em evidência, agora, é o caráter de “processo” e de “transformação” das estruturas, que remete diretamente à reprodução ou à renovação das práticas sociais.

Ao debater a respeito do conceito de “reestruturização” (acrescentando-se, então, o prefixo “re”), Soja (1993) pondera dois grandes argumentos no seio das ciências sociais: a) aquele baseado em esquemas evolucionistas que sugerem uma passagem inevitável para o progresso; e b) uma visão que “se enquadra entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente” (SOJA, 1993, p. 194). Partindo deste segundo tipo de análise, o autor defende que mesmo as mudanças mais radicais admitem fragmentos de uma organização da sociedade em período anterior, de modo que a reestruturização não se manifesta como um processo mecânico ou automático. Na tentativa de espacializar as transformações recentes, Soja (1993) trabalha em duas escalas de análise, partindo de uma “reestruturização urbana e regional”, onde destaca: 1) os diferentes acontecimentos relacionados à mudança na base produtiva, ao processo de trabalho e às divisões regionais do mundo contemporâneo, com ênfase para a

realidade norte-americana; e 2) um estudo da cidade-região de Los Angeles, a partir da qual analisa a reestruturação em relação à evolução da forma urbana. Algumas das principais mudanças apontadas pelo autor podem ser descritas, grosso modo, a partir do Quadro 1.

Quadro 1 - Reestruturação regional e reestruturação da forma urbana

| Reestruturação e a questão Regional | Reestruturação e as modificações na forma urbana |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> * Reforço das antigas divisões centro-periferia, porém de modo renovado com ênfase na diferença tecnológica; * Especialização flexível na produção, nas relações trabalhistas e na localização das atividades produtivas. * Por conta da produção flexível e do rompimento de hierarquias rígidas, ocorre a desindustrialização de algumas regiões (inversão de papel das regiões); * Emergência de uma guerra regional por mercados e dólares. | <ul style="list-style-type: none"> * Ampliação dos setores de comércio e de serviços em relação ao setor industrial; * Desindustrialização e reindustrialização: mobilização de atividades de extensas áreas industriais para novas zonas de expansão; * Descentralização e recentralização geográfica: mudanças profundas na geografia ocupacional e residencial. * Mudanças na relação centro-periferia: novas funcionalidades e construções no centro, assim como novas espacialidades nas periferias urbanas. |

Fonte: Baseado em Soja (1993)

Cabe ressaltar que a realidade empírica apresentada por Soja (1993) diz respeito a regiões caracterizadas por um intenso dinamismo do capital e uma sobreposição de camadas de divisão do trabalho constituídas desde a prevalência da atividade mercantil até o atual período de desenvolvimento tecnológico. Por essa razão, a área em questão congrega os principais elementos necessários para teorizar as novas experiências relativas ao espaço na ordem contemporânea. Não há, por conseguinte, uma reestruturação social e espacial que se estenda na mesma forma e intensidade para o mundo inteiro. Como afirma Soja (1993, p. 222) “ainda não se aplicou rigidamente uma nova tintura sobre a paisagem irrequieta e, desse modo, a possibilidade de olharmos para trás, para um *fait accompli*, ainda não está acessível”. No que tange, especificamente, aos estudos urbanos, é necessário considerar a existência de rupturas e permanências, assim como processos e práticas espaciais que se encontram na passagem entre diferentes estágios de estruturação.

No que se refere ao conceito de estrutura urbana e seus desdobramentos, Sposito (2005) apresenta importantes subsídios para um debate mais apropriado sobre o tema e faz uma distinção entre as qualidades formas do espaço (objetivadas pelo mapeamento das localizações) e o reconhecimento de suas relações. Os conceitos de estruturação e reestruturação aparecem no trabalho de Sposito (2005) como graus diferenciados de mudanças na estrutura da cidade e da rede urbana, como afirma “para se contemplar, entretanto, a ideia de que as estruturas mudam continuamente, pareceu-nos mais adequado a opção pela terminologia estruturação” (SPÓSITO, 2005, p. 312). Interpreta-se, aqui, a estruturação (sem o prefixo “re”) como o movimento de mudança que acomete os espaços

urbanos, objetivado pela produção de formas-conteúdo e pelo arranjo das partes que estruturam a cidade, assim como as relações que se dão nas tramas na rede urbana. No que diz respeito à reestruturação, a autora afirma que essa expressão deve ser “guardada para se fazer referência aos períodos em que é amplo ou profundo o conjunto de mudanças que orienta os processos de estruturação urbana e das cidades” (SPÓSITO, 2005, p. 312).

Nesse caso, as transformações que não se vinculam essencialmente ao novo momento de transformação do capitalismo mundial podem ser analisadas do ponto de vista de uma estruturação, isto é, de mudanças contínuas no arranjo espacial da cidade ou da rede urbana, mas que não são tão profundas ao ponto de representar novas lógicas de acumulação capitalista. Essa definição, entretanto, precisa ser mais bem explicitada, tendo em vista reconhecer que os conceitos de estruturação e de reestruturação são derivados do mesmo processo, porém as práticas e os processos espaciais necessários para reconhecê-los se encontram em estágios diferenciados de constituição. Nesse caso, o movimento apresentado por Soja (1993) é de “crise e reestruturação”, de modo que antes de uma reestruturação atual havia outro ciclo de reestruturação em andamento e que, por circunstância da não linearidade do movimento social, acabam por se encontrar na contingência espaço-temporal. Diferentemente dessa acepção, o que se propõem aqui é considerar a estruturação como o ajuste espacial vinculado à lógica mais duradoura do capitalismo, que se conformou a partir de uma dada espessura temporal ou, nos termos de Braudel (1978), de uma longa duração .

Concebe-se, portanto, que estruturação se encontra no domínio da longa duração, da relativa estabilidade, ao passo que a reestruturação se apresenta no campo das rupturas, das agitações que renovam o aspecto do mundo. Essas fissuras são produzidas, entretanto, a partir do próprio movimento social da lógica anterior, sendo possível atribuir uma escala hipotética entre os fenômenos, práticas e processos espaciais que residem no contexto da estruturação, da reestruturação ou na transição entre ambos. É, portanto, a partir das mudanças frequentes e contínuas ao longo do tempo que se produzem novas qualidades aos fenômenos, tal como sugere à lei da transformação da quantidade em qualidade . Por essa lógica, dificilmente se poderá conceber um espaço, seja uma metrópole ou uma cidade do interior da Amazônia, que tenha ultrapassado todas as fronteiras entre a estruturação e a reestruturação. Por conseguinte, uma dada realidade empírica sempre estará, de uma maneira ou de outra, entre a mudança radical e a estabilidade da long durée.

Assim, ao invés de se utilizar a dualidade crise-reestruturação sugerida por Soja (1993) prefere-se aquela que opõe estruturação (a lógica duradoura ainda corrente) e reestruturação (ruptura das tendências seculares de conformação espacial). Tomadas as

devidas precauções, é possível reconhecer que ambas se relacionam de acordo com as características dos fenômenos que estão sendo analisados, podendo-se admitir ainda um estágio intermediário, um limiar entre uma e outra realidade. O esquema da Figura 1 apresenta os elementos teóricos apresentados até aqui em quatro extremidades e duas grandezas diferenciadas de inserção dos fenômenos: o eixo horizontal que vai da estruturação à reestruturação e o eixo vertical que vai da cidade à rede urbana. Entre cada uma das extremidades existe uma faixa de transição, um limiar que expressa uma passagem entre uma ou outra realidade.

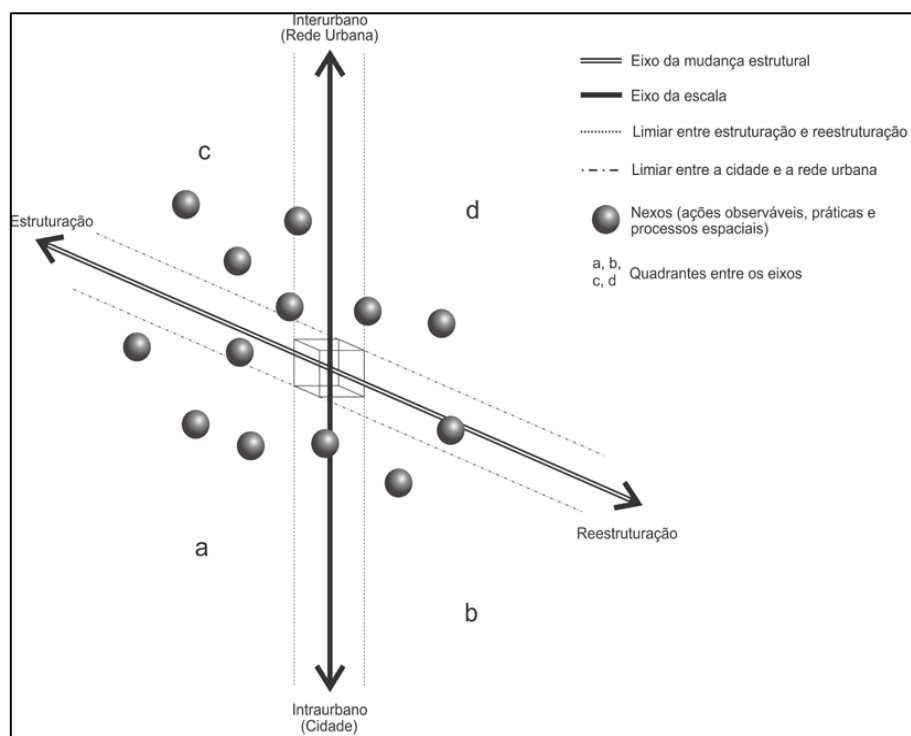


Figura 1 - Nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana. MIRANDA NETO, José Q., (2017)

Apesar da aparência cartesiana da representação, o que se pretende aqui está longe de uma linearidade na disposição dos fenômenos e se apresenta desta maneira por conta de sua melhor apreensão. É importante ressaltar, ainda, que a inserção dos acontecimentos, práticas e processos espaciais em uma dada intersecção da mudança estrutural e da integração entre a cidade e a rede urbana só é possível a partir do reconhecimento dos fenômenos em uma totalidade, havendo a necessidade de se identificar outras realidades urbanas e suas especificidades.

Pelo modelo apresentado, as ações observáveis (fatos da realidade, processos e práticas espaciais) que indicam a maior integração da cidade no âmbito da rede urbana estariam em uma determinada posição (frente a outras ações observáveis) na escala entre o Intraurbano e o Interurbano, enquanto que aquelas que apontam as rupturas na estrutura

especial da cidade estariam situadas em algum ponto entre a estruturação e a reestruturação. Tendo em vista a impossibilidade de as ações observáveis escaparem da relação entre os eixos indicados no desenho, estas sempre estarão dispostas em pelo menos um dos quadrantes (a, b, c, d) do plano apresentado. Essas conexões entre o eixo da escala e o eixo da mudança estrutural são denominadas de “nexos”, que são os aspectos da realidade teorizados no interior do modelo explicativo.

Ao se utilizar a terminologia “nexo”, tem-se como propósito evidenciar os aspectos da realidade que se apresentam dispostos em uma escala temporal entre a estruturação e a reestruturação, seja nos limites territoriais da cidade seja no âmbito da rede urbana. De acordo com o dicionário Magno da Língua Portuguesa a palavra nexo significa conexão, vínculo ou união social. Santos (1998) utilizou este termo para tratar das vinculações regionais modernas, ao afirmar que “no passado, os nexos que definiam a organização regional eram nexos de energia, cada vez mais, hoje, esses nexos são nexos de informação” (SANTOS, 1998, p. 92). Outra definição, dessa vez relacionada especificamente aos estudos sobre a cidade, é utilizada por Scott e Storper (2014) quando se referem ao conceito de urban land nexus, que seria uma espécie de relação lógica entre diferentes usos do solo na cidade tendo em vista o desenvolvimento urbano. De uma forma ou de outra, um nexo é um vínculo, um atrelamento entre duas ou mais realidades ou possíveis elos teóricos. Neste trabalho, o termo em questão possui uma conotação específica e designa as conexões entre o plano da escala e o plano da mudança estrutural. Objetivamente, os nexos podem ser concebidos a partir das práticas espaciais dos agentes (do Estado, de empresas privadas, de agentes individuais, dentre outros) e dos processos espaciais, isto é, da força de diversos atores atuando em conjunto, “viabilizando localizações, realocações e permanências de atividades e população sobre o espaço” (CORRÊA, 2007, p. 68). Há, ainda, outros acontecimentos e aspectos da realidade que podem ser vinculados ao modelo.

A representação em questão pode servir como contribuição para o estudo de cidades que atravessam mudanças na forma urbana ou nas relações que estabelecem no âmbito da rede, mas que não representam uma passagem expressiva para uma nova realidade. Por essa razão, utiliza-se a expressão “nexos de re-estruturação”, já que se pretende identificar em quais quadrantes os aspectos da realidade se relacionam com a estruturação e com a reestruturação. Algumas cidades médias, por exemplo, apesar de possuírem papéis de centralidade históricos, não apresentam um dinamismo equivalente em suas características internas e, por isso, podem ser concebidas através de processos muito mais vinculados à estruturação da cidade (quadrante “a” da Figura 1). Outras realidades, entretanto, podem apresentar mudanças importantes nas intersecções entre a reestruturação e a cidade

(quadrante “b” da Figura 1), porém não muito expressivas nas vinculações entre a reestruturação e a rede urbana (quadrante “d” da Figura 1). Pelo fato de muitos aspectos da realidade empírica não apresentarem transformações mais profundas, o reconhecimento dos limiares é um fator de importância e que merece uma exposição mais dedicada.

Batella (2013), ao estudar o papel desempenhado pela cidade de Teófilo Otoni-MG no âmbito da divisão territorial do trabalho, ressalta a necessidade de identificar o cenário diversificado de atuação das cidades médias e, para tanto, destaca o conceito de “limiar” como um recurso interessante de análise. Partindo das referências do filósofo alemão Walter Benjamin, Batella (2013, p. 54) propõe que “o limiar se difere da fronteira por não se limitar a separar territórios, mas por permitir a transição entre duas condições diferentes e/ou muitas das vezes opostas”. Nessa acepção, o limiar corresponde a uma transição e não propriamente a um limite ou a uma linha que separa duas realidades. Seria, mais especificamente, uma zona de passagem repleta de nuances e de difícil discernimento, porém de notável importância para a análise da realidade urbana.

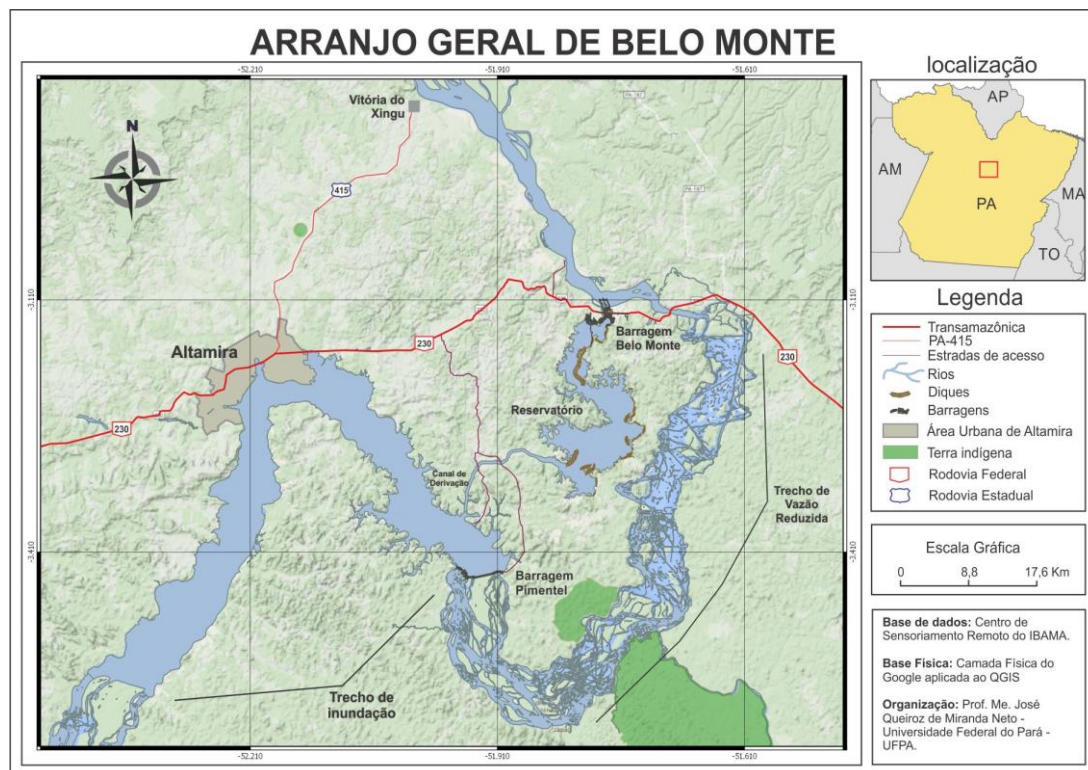
O conceito de limiar permite superar os tipos ideais de classificação, assim como as definições mais apressadas a respeito das transformações pelas quais atravessam as cidades médias na atualidade. No Brasil, onde as regiões apresentam formas distintas de inserção na dinâmica urbana-industrial e diferentes realidades quanto à disseminação do meio técnico-científico-informacional (SANTOS & SILVEIRA, 2001), a busca por novas alternativas de análise do fenômeno urbano é imprescindível. A região amazônica se apresenta como um campo de oportunidades para a investigação a partir de novas abordagens de estudos sobre as cidades, uma vez que nesta se inserem fenômenos, práticas e processos espaciais visivelmente articulados aos nexos mais modernos de atuação do capital e que, oportunamente, acontecem ao lado de lógicas que remetem às fases anteriores de estruturação espacial.

Desse modo, o modelo em questão, com seus nexos e limiares, pode ser um importante recurso para se entender a realidade de algumas cidades médias na Amazônia, incluindo as transformações que se processam em seus contextos regionais.

3. Belo Monte como evento de re-estruturação de Altamira-PA e em sua região de influência

A partir de 2010, quando é liberada a licença de instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte, tem-se uma nova dinâmica que envolve a cidade e a região de influência de Altamira. A obra em questão é a maior usina inteiramente nacional, com capacidade

instalada de 11.233 MW e, apesar de ser um projeto elaborado desde a década de 1970, sua real concretização se dá durante o governo Lula (2003-2010). No cenário apresentado pelo Mapa 1, é possível visualizar dois trechos do rio separados por uma barragem reguladora de vazão: um trecho de inundação à montante da Barragem Pimentel e um trecho de vazão reduzida à jusante. No centro da volta grande se encontra o reservatório formado pelo desvio do rio Xingu, que se torna possível com a construção de um canal de derivação de 20,2 km escavado em rocha.



Mapa 1 – Arranjo geral de Belo Monte. Fonte: MIRANDA NETO, José Q., (2017)

O município de instalação do empreendimento é Vitória do Xingu, entretanto os principais impactos socioambientais são direcionados à área urbana de Altamira, sobretudo pelo forte fluxo populacional direcionado à cidade e, também, por conta das inundações causadas pelo enchimento do reservatório a partir de 2016. A massa de trabalhadores começa a chegar aos locais de obras em 2011, a maioria pelo sistema de recrutamento da Norte Energia, que criou bases em várias cidades para arrematar os trabalhadores necessários. As consequências do processo migratório logo se revelam a partir dos dados oficiais. Em 2012, a Secretaria de Planejamento de Altamira fez uma estimativa da população total do município com base no acesso aos serviços de saúde e coleta de lixo no município e estimou a presença de 123 mil habitantes na sede municipal, um crescimento em torno de 65% em relação ao ano de 2010.

Com a entrada de Belo Monte, suscita-se um conjunto de relações da ordem mercantil público-privada envolvendo a usina hidrelétrica de Belo Monte, o Estado e outros agentes

que atuam, predominantemente, na escala da cidade, como instituições financeiras, agentes imobiliários e diversos empreendedores particulares. Na tentativa de compreender essa nova racionalidade do capital, chegou-se ao esquema da Figura 2. Trata-se de um esquema necessário para se entender a dinâmica atual de Altamira tanto no que se refere à escala intraurbana quanto ao papel que a cidade cumpre no conjunto da rede urbana (suas funções centrais).

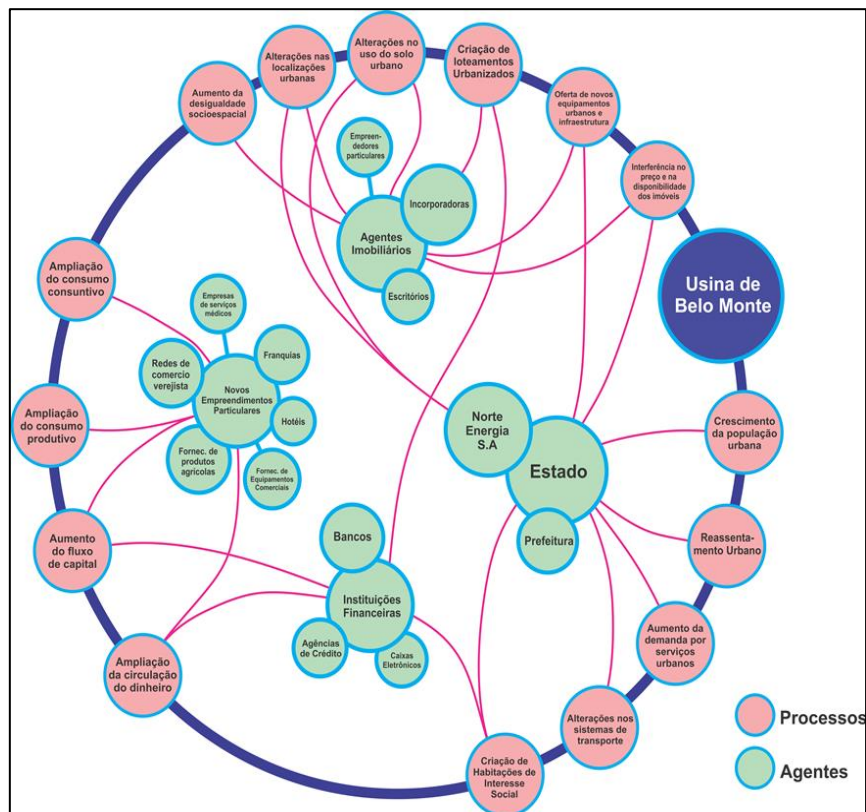


Figura 2 – Anel de agentes e processos sob o efeito da usina de Belo Monte. Fonte: MIRANDA NETO, José Q., (2017)

Mais especificamente, refere-se ao novo conjunto de relações que se processam no espaço e que se produzem (e são produzidas) dentro de uma lógica que envolve o grande empreendimento hidrelétrico. Na representação em questão, a relação entre os agentes se dá pelos processos em que estes se encontram vinculados, sugerindo que, em momentos de expansão da atividade econômica, promove-se uma solidariedade organizacional necessária ao projeto do capital. Santos & Silveira (2001, p. 306) demarcam esse processo quanto afirmam que se trata “de uma racionalidade privada e obtida com recursos públicos. Em outras palavras, tal racionalidade representa sempre uma drenagem de recursos sociais para a esfera do setor privado”. Diante disso, entende-se que a usina de Belo Monte gera uma espécie de “efeito catalizador”, isto é, demonstra uma capacidade de acelerar processos que, até o momento anterior à sua instalação, aconteciam de forma lenta ou dormente. Além

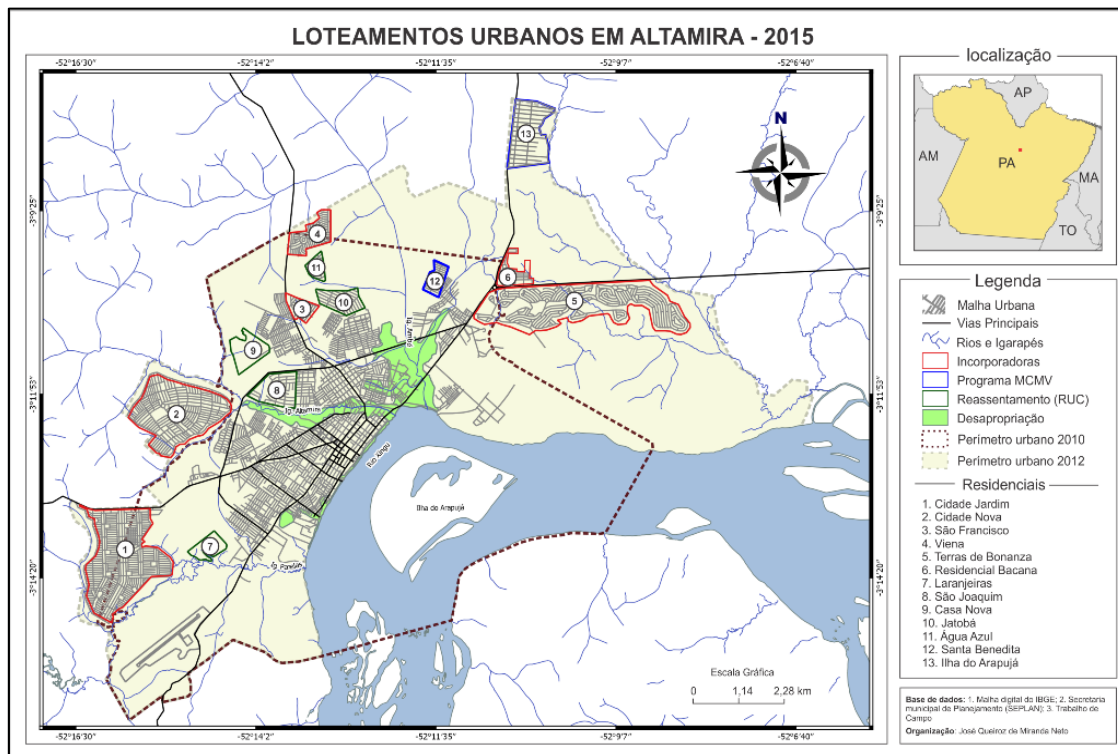
disso, a usina hidrelétrica também é capaz de gerar processos através de um “efeito gatilho”, trazendo elementos novos que se articulam a partir da relação entre os principais agentes envolvidos.

Esse conjunto de processo e de agentes passa a modificar a estrutura interna da cidade de Altamira, com alterações rápidas e profundas que ocorrem no tempo e nas intencionalidades impostas pelo Estado, pela empresa responsável pela execução as atividades (a Norte Energia S.A) e por alguns agentes privados. No passado, considerando as transformações que haviam sido processadas em fases anteriores de ocupação, a cidade de Altamira se caracterizava da seguinte maneira: a) sua formação inicial de ocorre atrelada ao rio como eixo de transporte, a nucleação terciária principal (associada ao núcleo histórico) se localiza próxima aos atracadouros de embarcações; b) a partir desta área central, tem-se uma sequência de áreas residenciais que, conforme se afastam da área central diminuem em densidade e, também, diminuem em termos de renda média dos habitantes. Essa caracterização se assemelha a outras cidades médias amazônicas que “possuem estradas e em que as estradas superam a hidrovia na realização dos fluxos interurbanos” (TOURINHO, 2011, p. 411). Entre 2000 e 2010, a cidade de Altamira passa por um processo de periferação urbana, com 7 novos loteamentos oficiais e 2.902 lotes residenciais, culminando a redução da densidade demográfica de 55,5 para 39,3 habitantes por hectare (COSTA, 2013), mas tal processo nem de longe corresponde ao que estaria por vir em função de Belo Monte, notadamente a partir da atuação das empresas incorporadoras.

Na presente realidade, além da ação da Norte Energia através do reassentamento urbano, tem-se a criação de residências do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e a produção de mais de 22 mil lotes conduzidos por empresas incorporadoras. Se somados apenas os espaços criados no período delimitado, estes representam um acréscimo de 1.698 hectares, o que corresponde a mais de 70% da malha urbana medida em 2010, de 2.200 hectares. Tais mudanças são conduzidas por diferentes estratégias que envolvem as políticas do Estado (em especial pela atuação da Prefeitura de Altamira e do Governo Federal), e as ações promocionais conduzidas pelo capital incorporador e por outros agentes privados. Acredita-se que, atualmente, a lógica de mercado se estabeleceu com maior vigor em Altamira, sobretudo por conta da criação de uma renda fundiária virtual (ABRAMO, 1989) que permitiu às empresas imobiliárias incorporar em seus ganhos os valores relacionados a uma possível valorização futura dos imóveis.

Tomando como base a malha urbana atualizada, é possível constatar a presença de novos loteamentos instalados em Altamira entre 2010 e 2015, como descrito do Mapa 2.

Neste, são destacados os assentamentos ligados à atuação das incorporadoras, os residenciais de interesse social do Programa Minha Casa Minha Vida, bem como aqueles destinados ao Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) da população diretamente atingida pela inundação da barragem na área urbana (Projeto de Reassentamento Urbano). A numeração indica a denominação de cada um dos assentamentos descritos no mapa.



Mapa 2 – Loteamentos Urbanos em Altamira – 2015. MIRANDA NETO, José Q., (2017)

Os tipos e as localizações dos novos loteamentos dizem bastante sobre a configuração atual da cidade de Altamira e sobre o comportamento dos agentes produtores do espaço urbano, uma vez que representam a nova racionalidade de empreendida pelo poder público e, também, as iniciativas de obtenção de lucros por conta dos novos negócios imobiliários.

A atividade da incorporação imobiliária é relativamente recente na região amazônica e começou a se instalar em Altamira somente após 2011, por ocasião do forte deslocamento populacional evidente a partir de então. Os loteamentos abertos criados pelas empresas em questão se encontram, em geral, situados no limite do perímetro urbano de Altamira, em antigas glebas rurais que foram parceladas em forma de lotes menores (10x20m, com variações). Por conta da ação desses novos agentes, tem-se uma oferta de 28.660 lotes, que compreende em torno de 1.296 hectares. Quando comparado ao tamanho da malha urbana de Altamira em 2010, representa um aumento de 58,9%. Os empreendimentos em questão, seguidos das respectivas empresas incorporadoras, são os seguintes: Terras de Bonanza, com 6.615 lotes (Direção norte incorporadora); Cidade Jardim, com 11.378 (Buriti

empreendimentos Imobiliários); Cidade Nova, com 7.000 lotes (Nova bairros planejados); Viena, com 2.458 lotes (Brasil Desenvolvimento Urbano - BRDU); São Francisco, com 709 lotes (Mac Empreendimentos) e o Loteamento Bacana, com 500 lotes (Bacana Imobiliária). Essa penetração incisiva de empresas imobiliárias avança em Altamira com o objetivo de explorar a renda da terra a partir das oportunidades advindas da usina hidrelétrica de Belo Monte, sobretudo ligadas aos maiores incrementos de renda e à imagem positiva de desenvolvimento local veiculada pelo governo federal e pela Norte Energia S.A. A estratégia utilizada por essas empresas é a produção de lotes urbanos e a sua comercialização em massa (sem grandes modificações no terreno) e sem intermediação bancária .

Por ocasião das mudanças nos instrumentos de ordenamento do solo urbano e da expansão dos novos empreendimentos imobiliários, uma parte importante da população de mais baixa renda se viu excluída das opções de moradia na cidade, especialmente devido à elevação dos preços dos imóveis e da maior fiscalização em relação ao surgimento de novas áreas de ocupação irregular. Uma das alternativas para garantir a oferta de habitações é a criação de assentamentos planejados do programa MCMV do Governo Federal. Em Altamira, dois loteamentos foram planejados após o início das obras de Belo Monte, ambos voltados para a Faixa 1. O primeiro foi contratado no ano de 2010 e entregue no ano de 2012 (residencial Santa Benedita) e o segundo, contratado em 2013, estava com a previsão de ser entregue em 2015 (residencial Ilha do Arapujá).

Os residenciais destinados ao Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) foram criados com a finalidade de remanejar a população diretamente afetada na área urbana de Altamira por conta da inundação da barragem de Belo Monte. Os residenciais, seguidos do nº de residenciais, são os seguintes: Jatobá (1.244); São Joaquim (1.038); Casa Nova (452); Água Azul (806) e Laranjeiras (599). No interior dos residenciais Jatobá e São Joaquim foram instalados, ainda, 120 residências destinadas aos trabalhadores de Belo Monte (Vila Residencial). Por questionamentos apresentados pela FUNAI e pelo Ministério da Pesca, no final de 2014 a Norte Energia iniciou a negociação de mais uma área para o reassentamento de 654 famílias de indígenas citadinos, além de pescadores e moradores da ADA do igarapé Pannels e da orla da cidade. Trata-se do “Loteamento do Pedral”, distante aproximadamente 13 km em relação ao centro da cidade de Altamira, às margens do Rio Xingu.

Além da maior distância em relação a área central (em média, tem-se uma diferença de 2,2 km em comparação a localização das áreas antigas), que interfere no custo do deslocamento para a área central, há também os custos relacionados à moradia que são ampliados por conta das faturas de energia, água, IPTU etc. que devem ser arcadas pelos moradores. Por essa razão, ocorre um mercado paralelo de venda desses imóveis, inclusive

ofertados em classificados online , o que demonstra a iniciativa de muitos moradores em se desfazer da residência do RUC.

Com as remoções empreendidas pela Norte Energia, as áreas remanescentes passam por ações diretas voltadas à criação de novas infraestruturas (criação de parques, pontes, abertura de canais, saneamento e redes de abastecimento de água). De um modo geral, as intervenções de requalificação urbana estão transformando as áreas até pouco tempo menos valorizadas da cidade, o que pode contribuir decisivamente para o aumento do preço da terra em algumas localizações, notadamente nas imediações dos igarapés Altamira e Ambé. Com a melhoria da infraestrutura e das condições de habitabilidade no entorno das residências (sistemas de água e esgoto, pavimentação, calçamento e acessibilidades) tem-se, por um lado, um maior conforto para a população residente nessas proximidades e, por outro, empreende-se a remoção quase por completa das áreas antes dominadas por habitações do tipo palafita e povoadas por populações de baixa renda.

Percebe-se, portanto, a existência de uma nova configuração no espaço intraurbano de Altamira, caracterizada pela introdução de novas formas-conteúdos, novos agentes e novas relações que passam a ser dominantes. Não se pode negar o caráter temporário de algumas transformações, porém é notório que os eventos desencadeados após a instalação da usina hidrelétrica alteram permanentemente os conteúdos sociais de algumas áreas da cidade. Com a apresentação desse último componente, é possível se chegar a uma síntese das principais transformações na cidade de Altamira após a instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte. No Quadro 2, foram selecionados alguns itens que podem demonstrar como a cidade se configurava em momento anterior e como se configura atualmente.

Quadro 2 – Resumo das transformações no espaço intraurbano de Altamira

| Característica | Antes de Belo Monte | Depois de Belo Monte (entre 2010 e 2016) |
|------------------------------------|---|---|
| <i>População urbana</i> | Apesar do crescimento acelerado típico das cidades médias e da alta taxa de urbanização, havia uma tendência de redução nos incrementos médios anuais da população urbana, resultado da diminuição das migrações rural-urbanas. | Embora não se tenha uma avaliação estatística oficial, entre 2010 e 2014 se registrou, segundo estimativa da Prefeitura Municipal, um crescimento aproximado de 65% da população urbana. Como é típico dos projetos hidrelétricos no Brasil, parte dessa população continua residindo no espaço urbano. |
| <i>Expansão territorial urbana</i> | Pela avaliação do crescimento da cidade (extensão absoluta) desde 1970, percebe-se que, apesar de ter havido um crescimento maior entre 1970 e 1980, as demais fases de crescimento são regulares. | Registra-se a maior expansão urbana da história de Altamira, com significativa ampliação do perímetro urbano, multiplicação de grandes loteamentos planejados e densificação da ocupação. |
| <i>Loteamentos urbanos</i> | Prevalência de loteamentos irregulares ou planejados de forma precária, sem as | Com a os novos instrumentos de ordenamento urbano e a maior regulamentação do uso do solo, os novos |

| | | |
|--|--|---|
| | condições de infraestruturas exigidas pela regulamentação nacional. | loteamentos passaram a conter os itens exigidos na legislação nacional (sistemas de água, esgoto e terraplanagem). Os valores dos terrenos, entretanto, se tornam elevados em comparação ao momento anterior. |
| <i>Mercado imobiliário</i> | Baseado em capitais locais, sem grandes investimentos de infraestrutura ou marketing. A maioria dos loteamentos não possuíam muitas unidades e os preços eram mais acessíveis à população de mais baixa renda. | Capitaneados por empresas incorporadoras, os novos produtos imobiliários são baseados em capitais locais, regionais e nacionais, com investimento em infraestrutura e <i>marketing</i> . O volume de lotes é grande e os preços atendem especialmente à classe média, ainda que não se verifique a intermediação financeira direta. |
| <i>Padrão construtivo das residências</i> | Em áreas situadas junto aos leitos dos igarapés ainda prevaleciam as habitações do tipo “ribeirinha”, com casas em palafitas e acessos improvisados a partir de pontes de madeira (estivas). As condições de habitabilidade se faziam precárias. | Promove-se a remoção quase completa da habitação ribeirinha em função do reassentamento. Com isso, o padrão habitacional dominante passa a ser de alvenaria em terra firme. Há a melhoria das condições de habitabilidade no interior das residências e em seu entorno, embora prevaleçam as condições precárias em alguns focos de ocupação irregular. |
| <i>Localizações da habitação e desigualdades espaciais</i> | Pela relação entre a localização das habitações e os estratos de renda, percebe-se uma heterogeneidade nas localizações habitacionais, sem prevalência de zonas de alto padrão ou áreas de autosegregação residencial. | Com a remoção das residências de baixo padrão da área central e a criação de novas áreas de expansão na borda do perímetro urbano, percebe-se uma tendência à maior homogeneidade interna em determinadas áreas. |
| <i>Paisagem urbana</i> | Ainda dominada por objetos que remetem à tradição ribeirinha. As casas em palafitas, a arquitetura tradicional das habitações e as vias de acesso ao rio correspondiam às formas remanescentes de uma fase anterior da cidade. | Com os projetos de requalificação urbana, as áreas situadas no entorno dos igarapés e próximas à orla do rio passam a ser dominadas pela nova paisagem moderna, pensada e articulada do ponto de vista do empreendedor. Assim, a paisagem tradicional se torna menos presente na composição do espaço geográfico. |

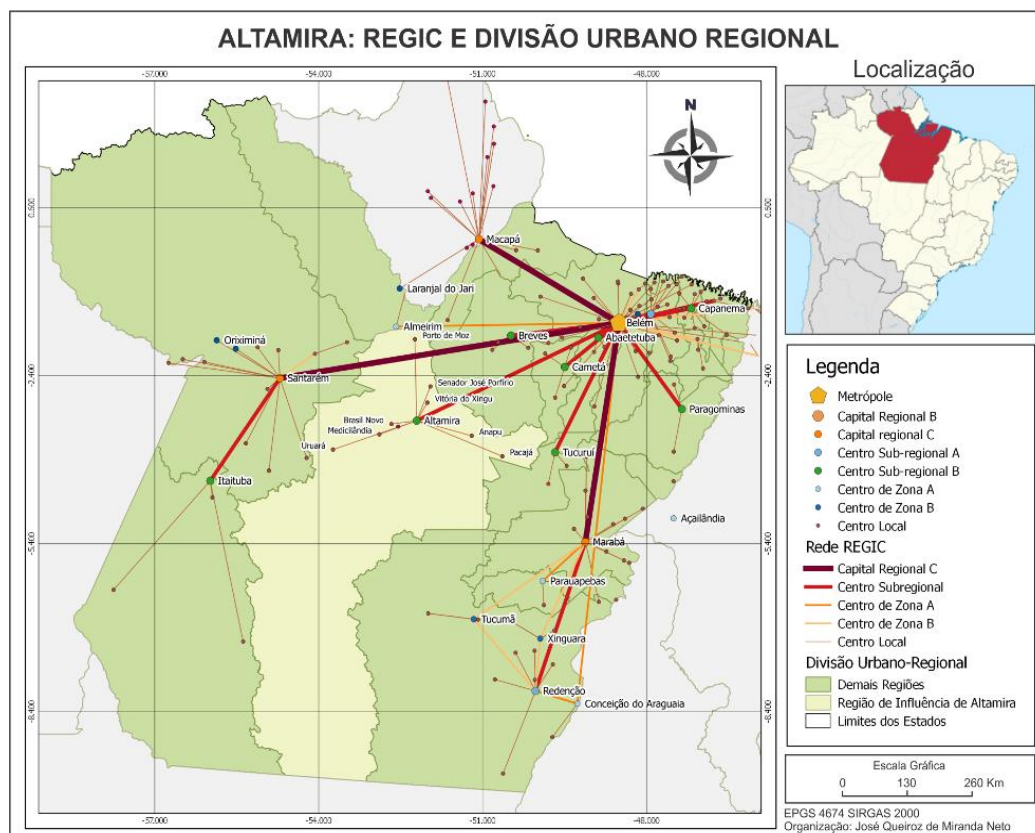
Fonte: Organizado por José Q. Miranda Neto

De acordo com os dados apresentados, torna-se evidente que a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte transformou profundamente a estrutura da cidade de Altamira, ao ponto de se considerar a existência de uma nova racionalidade, de um novo conjunto de relações que tende a ser dominante e que passa a moldar a forma urbana a partir de então, mas seria possível afirmar que se trata de um processo de “reestruturação da cidade” (SPOSITO, 2005) à semelhança do que ocorre em outras cidades médias no Brasil? Essa resposta, em função de sua complexidade e da necessidade de se adicionar outros elementos à análise, será guardada para o final desta seção.

Os processos conduzidos pela usina hidrelétrica de Belo Monte também promovem certas mudanças na Região de Influência de Altamira (RIA). A despeito do que se denomina aqui de “região”, deve-se considerar o seu sentido funcional, onde “a estruturação do espaço não é vista sob o caráter da uniformidade espacial, mas sim das múltiplas relações que

circulam e dão forma a um espaço que é internamente diferenciado” (GOMES, 2000). A cidade é entendida, nessa perspectiva, como o centro da articulação espacial, não apenas no que se refere à drenagem econômica das áreas rurais, mas também às funções de gestão e de comando de outros centros urbanos. A partir de um conjunto de dados econômico-estatísticos, pretende-se demonstrar as alterações no âmbito da rede urbana: as interações espaciais, as diferenças nos indicadores oficiais e os saltos econômicos de importância. A maioria das informações obtidas demandaria uma extensa exposição a partir de gráficos, tabelas e mapas, mas em função do espaço disponível nesse artigo serão lançados apenas os resultados de cada mudança observada (sintetizados a partir dos nexos).

A área classificada para estudos, como citado anteriormente, se baseia na definição regional apontada pela REGIC e pela Divisão Urbano Regional do Brasil (Ver Mapa 3). Entretanto, devido ao período de construção da usina de Belo Monte, iniciado em 2011 e com previsão de conclusão para 2019, os estudos da REGIC e mesmo do Censo Demográfico (deslocamentos para fins de trabalho e de estudo) não abrangem esse intervalo, sendo necessário buscar outras informações que consigam abarcar as transformações resultantes do grande empreendimento.



Mapa 3 – Região de influência das cidades e divisão urbano-regional no estado do Pará. Fonte: MIRANDA NETO, José Q., (2017)

No caso em questão, foram utilizados os dados de atendimento de saúde para averiguar as interações espaciais e os dados do PIB Municipal para se compreender a evolução do quadro econômico da região. Esses dados foram priorizados pelo fato de compreender o período pós Belo Monte, trazendo a tona questões importantes sobre os papéis de centralidades de Altamira.

Em relação aos atendimentos da saúde, os dados aqui organizados foram obtidos a partir do sistema DATASUS nos anos de 2009, 2013 e 2015 e tabulados pela Secretaria de Estado de Saúde do Estado do Pará (SESPA), extraído-se apenas as informações de atendimento ambulatoriais, isto é, que podem ser executados em consultório ou ambulatório, não incluindo as internações ou procedimentos que demandam períodos de atenção mais longos. Em Altamira, destaca-se a infraestrutura de saúde mantida pela prefeitura municipal (Hospital São Rafael e Unidades Básicas de Saúde - UBS) e pelo Governo do Estado do Pará (Hospital Regional da Transamazônica). A ideia é reconhecer as interações espaciais no ano imediatamente anterior à instalação da usina hidrelétrica, passando pelo momento de pico das obras e, finalmente, chegando ao período mais recente, com o objetivo de estabelecer uma comparação entre diferentes cenários econômicos e institucionais da região em estudo.

A representação do Quadro 3 apresenta o dado necessário para se entender a articulação de Altamira em relação aos demais centros urbanos no estado do Pará. Para relativizar os atendimentos em relação à população de cada unidade municipal, houve a necessidade de se estabelecer um índice (I) calculado a partir do número absoluto de deslocamentos (D) pela população total (P), chegando-se à equação $I = (D/P)1000$. Desse modo, foi possível definir as interações mais fortes de modo a ponderar, também, o fator populacional. Os resultados obtidos foram categorizados e representados pelo Quadro 3, restringindo-se ao estado do Pará e aos índices maiores ou iguais a 1,0.

Quadro 3 – Ordem dos deslocamentos referentes aos atendimentos ambulatoriais direcionados à altamira em 2009, 2013 e 2016

| Nº | 2009 | | 2013 | | 2015 | |
|----|-----------------------|--------|-----------------------|--------|-----------------------|--------|
| | Município | Índice | Município | Índice | Município | Índice |
| 1 | Vitória do Xingu | 98,2 | Brasil Novo | 152,2 | Brasil Novo | 248,6 |
| 2 | Brasil Novo | 60,2 | Vitória do Xingu | 125,9 | Vitória do Xingu | 203,2 |
| 3 | Medicilândia | 50,7 | Senador José Porfírio | 123,7 | Anapu | 158,6 |
| 4 | Senador José Porfírio | 47,4 | Anapu | 109,0 | Medicilândia | 133,6 |
| 5 | Anapu | 33,7 | Medicilândia | 99,9 | Senador José Porfírio | 125,9 |
| 6 | Uruará | 17,6 | Uruará | 46,6 | Uruará | 75,5 |
| 7 | Porto de Moz | 10,6 | Pacajá | 46,1 | Porto de Moz | 58,9 |
| 8 | Pacajá | 8,2 | Porto de Moz | 45,0 | Pacajá | 49,0 |
| 9 | Abaetetuba | 1,3 | Ourilândia do Norte | 4,9 | Nova Ipixuna | 6,1 |

| | 2009 | | 2013 | | 2015 | |
|----|----------------|-----|--------------|-----|---------------------|-----|
| 10 | Augusto Corrêa | 1,0 | Inhangapi | 1,7 | Gurupá | 2,5 |
| 11 | - | | Curionópolis | 1,2 | Alenquer | 1,7 |
| 12 | - | | | | Bujaru | 1,6 |
| 13 | - | | | | Tucuruí | 1,5 |
| 14 | - | | - | | Rurópolis | 1,4 |
| 15 | - | | - | | Breves | 1,4 |
| 16 | - | | - | | Santa Luzia do Pará | 1,3 |
| 17 | - | | - | | Oriximiná | 1,3 |
| 18 | - | | - | | Almeirim | 1,2 |
| 19 | - | | - | | Novo Progresso | 1,2 |
| 20 | - | | - | | Parauapebas | 1,1 |

Fonte: TAB/SIA/SUS nos anos de 2009, 2013 e 2015; Org. José Queiroz de Miranda Neto

Em 2009, ano imediatamente anterior à instalação da usina de Belo Monte, observa-se que os centros que apresentam relações mais intensas são aqueles de maior proximidade física em relação à Altamira, com apenas 10 ocorrências de índice maior ou igual a 1,0. O caso de Abaetetuba pode ser representativo dos deslocamentos temporários direcionados a Altamira no período analisado. Nesse momento, o que se tem de concreto são as interações mais restritas à Região de Influência de Altamira (RIA) e graduadas conforme a distância absoluta de cada centro urbano em relação à localidade central. Esses deslocamentos também são constrangidos pelas precárias condições rodoviárias e pela menor capacidade de atendimento de Altamira em termos de serviços gerais de saúde.

Os dados de 2013, ano de pico das obras, evidenciam uma ampliação dos índices de atendimentos em Altamira em vários centros urbanos, agora com 11 ocorrências de índice maior que 1,0. Acredita-se que tal fato esteja relacionado: a) ao asfaltamento da Transamazônica, que se inicia em 2012 e, apesar de não se encontrar plenamente concluído no final de 2013, já demonstra melhores condições de acessibilidade; e b) a maior oferta de serviços de saúde ligados aos investimentos do Governo Federal e sob a execução da Norte Energia S.A., como a ampliação do Hospital São Rafael e a criação do Hospital materno infantil, ambos situados na cidade de Altamira-PA. Ressalta-se, também, a existência de atendimentos de pessoas de Ourilândia do Norte, Inhangapi e Curionópolis, demonstrando a maior capacidade de Altamira em atender pessoas situadas em uma maior abrangência espacial.

Em 2015, essa abrangência espacial toma maiores proporções, consolidando uma área de fortes interações dentro da RIA, de modo que apenas Pacajá (mais distante no eixo transversal da rede urbana) e Porto de Moz (mais distante no eixo longitudinal da rede urbana) escapam do rol de relações mais intensas. Para além da RIA, os atendimentos se estendem a outros centros no estado do Pará, permitindo-se interpretar um maior alcance

espacial. Tal realidade é, em parte, reflexo da ampliação dos serviços na cidade de Altamira, com mais equipamentos para o Hospital Regional da Transamazônica e a criação do Hospital Geral de Altamira no bairro do Mutirão, além de novas Unidades Básicas de Saúde (UBS) nos novos bairros São Joaquim e Laranjeiras (NORTE ENERGIA, 2015). Tem-se, assim, um conjunto novo de unidades de atendimento e outros vetores que se tornam possíveis a partir da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, demonstrando ações institucionais que induzem as relações em escalas mais amplas.

Os dados relacionados ao PIB municipal e as finanças públicas também são relevantes para o trabalho em questão, uma vez que permitem problematizar os fenômenos que se desenvolvem após a construção da usina de Belo Monte. Apesar de constituírem dados mais gerais, apontam tendências que podem revelar em que medida os eventos que emergem com a instalação da usina hidrelétrica afetam as unidades territoriais da RIA e como esse processo manifesta certas diferenças na escala regional. Pela abordagem de análise adotada, seis conjuntos de dados foram selecionados, ambos na série de 2010 a 2013: a) o PIB total; b) o PIB per capita; c) o valor adicionado da indústria; d) o valor adicionado dos serviços; e) o valor adicionado da administração pública; f) o valor adicionado dos impostos (ICMS, IPI e COFINS) e de arrecadação de ITBI, IPTU e ISS (em 2008, 2009, 2013 e 2014) e g) as estatísticas bancárias municipais (ESTBAN). Através destes, objetiva-se desvendar as atividades que incidem sobre a geração de valor nos locais de instalação da usina hidrelétrica, em especial nas cidades de Altamira e Vitória do Xingu. O quadro a seguir identifica como cada uma das informações foi trabalhada para se chegar ao resultado:

Quadro 4 – PIB e finanças públicas relacionadas aos centros urbanos da ria

| FONTE | DADO ANALISADO | METODOLOGIA | RESULTADO |
|-------|-------------------------------------|---|---|
| IBGE | PIB total | Análise de série histórica deflacionada por município (2010 a 2013) | Destaque absoluto de Altamira em relação as demais unidades municipais pesquisadas e crescimento acelerado de Vitória do Xingu |
| | PIB per capita | Análise de série histórica deflacionada por município (2010 a 2013) | Os PIB <i>per capita</i> de Altamira e de Vitória do Xingu ampliam-se progressivamente, superando de longe as demais unidades municipais da RIA. |
| | PIB Valor adicionado - indústria | Análise de série histórica deflacionada por município (2010 a 2013) | Altamira cresce de forma acelerada. As demais unidades pouco se alteram nesse em relação ao valor adicionado da indústria. |
| | PIB Valor adicionado - serviços | Análise de série histórica deflacionada por município (2010 a 2013) | Altamira cresce de forma acelerada em termos absolutos. Vitória do Xingu possui expressivo crescimento relativo. As demais unidades pouco se alteram. |
| | PIB Valor adicionado - adm. pública | Análise de série histórica deflacionada por município (2010 a 2013) | As alterações são pouco expressivas em quase todas as unidades pesquisadas, com exceção de Vitória do Xingu. |

| | | | |
|---------------------------------------|--|---|--|
| | PIB Valor adicionado - impostos | Análise de série histórica deflacionada por município (2010 a 2013) | Altamira cresce de forma acelerada em termos absolutos. Vitória do Xingu possui expressivo crescimento absoluto e relativo. As demais unidades pouco se alteram. |
| <i>Secretaria do Tesouro Nacional</i> | Arrecadação de ITBI, IPTU e ISS | Análise de série histórica deflacionada por município | Vitória do Xingu apresenta expressivo crescimento na arrecadação de ISS e em Altamira o ITBI, IPTU e ISS. |
| <i>Banco Central do Brasil</i> | Estatísticas bancárias municipais (ESTBAN) | Análise de série histórica deflacionada por município | Altamira apresenta crescimento acelerado, sem comparação com outras unidades municipais da RIA. |

Fonte: IBGE (2013); Secretaria do Tesouro Nacional (2015); Banco Central do Brasil (2015).

Considerando os diferentes dados econômicos descritos no Quadro 4, elaborou-se de uma síntese que se expressa a partir do infográfico da Figura 3, que identifica as unidades territoriais, seus respectivos centros urbanos e o papel que cada um cumpre na dinâmica regional, dividiu-se as unidades pesquisadas em cinco grupos. Pela representação em questão, se torna ainda mais evidente o alcance pouco expressivo de Belo Monte no desenvolvimento dos indicadores econômicos regionais. Ademais, aponta que as cidades mais próximas da área de instalação do projeto não se alteram em relação ao conjunto, excluindo-se os casos de Altamira e de Vitória do Xingu, que recebem os benefícios diretos da arrecadação de impostos e de outras atividades. Nos casos de Brasil Novo e de Anapu, por exemplo, não se observa uma alteração importante no âmbito da RIA em relação aos indicadores econômicos. Curiosamente, nas unidades mais distantes e ligadas pela Transamazônica, percebe-se um crescimento econômico maior, mas por circunstâncias não diretamente relacionadas aos fatores advindos da usina hidrelétrica. São os casos de Pacajá, Uruará e Medicilândia, envolvidas há décadas no circuito da madeira, da produção agrícola e da pecuária extensiva.

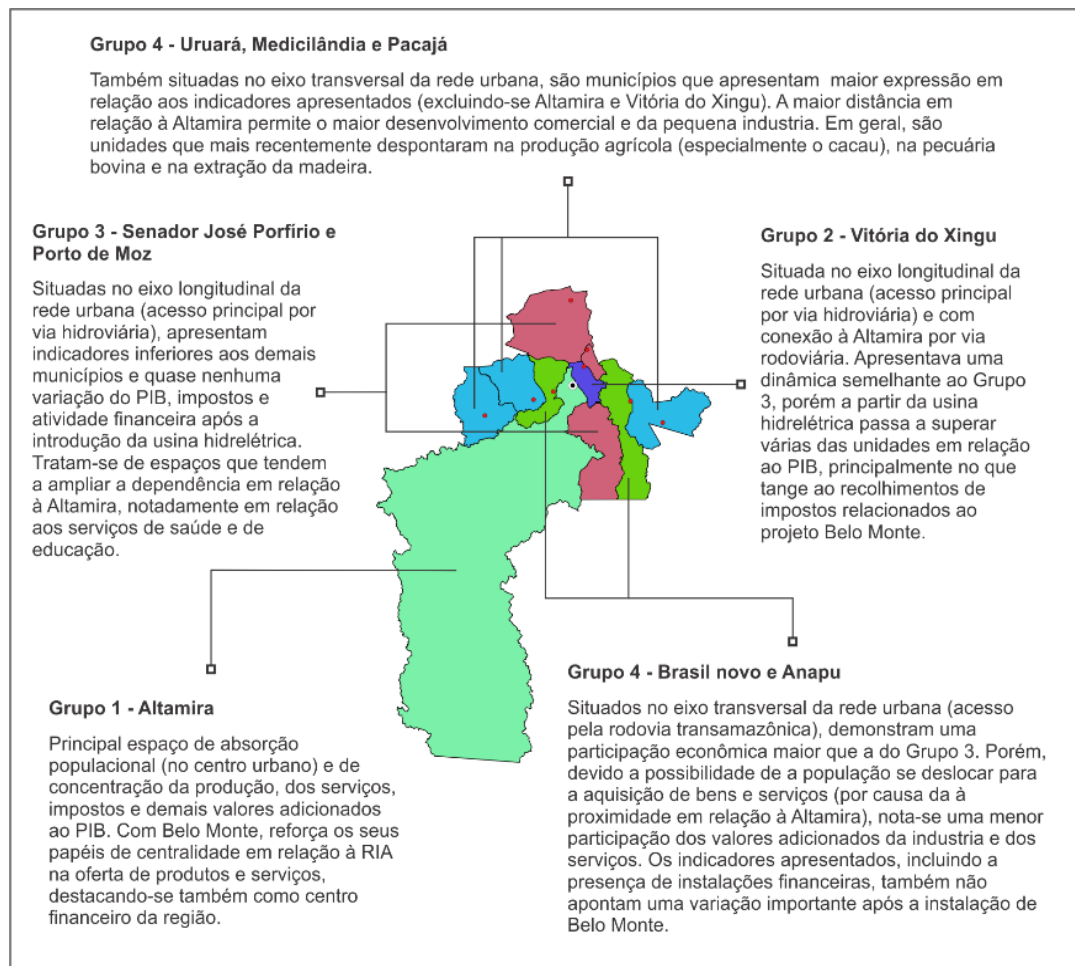


Figura 3 - Definições das unidades territoriais do RIA por grupos de classificação

Fonte: Produzido por José Q. Miranda Neto

Pelo que foi exposto até aqui, percebe-se que alguns acontecimentos, processos e fatos vinculados à usina hidrelétrica permitem uma maior abertura à dinâmica capitalista recente, enquanto que outros traduzem mudanças em ritmo mais lento e, portanto, afeitas à lógica mais duradoura de constituição urbana. Ao se utilizar o método dialético como forma de apreensão da realidade, considerou-se a existência da lei da transformação da quantidade em qualidade (e vice-versa), como sugere Lefebvre (1983 [1969], p. 239) “as modificações quantitativas lentas, insignificantes, desembocam numa súbita aceleração do devir. A modificação qualitativa não é lenta e contínua (...) apresenta ao contrário, características brutas, tumultuosas”. Por se tratar de um estudo complexo e com muitas variáveis, essa mudança de um estado qualitativo para outro pode ser percebida em seu movimento, suscitando continuidades, descontinuidades, choques e contradições.

Convém, neste momento, retomar alguns dos elementos apresentados ao longo deste trabalho em uma síntese que representa a forma particular dos “nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana” para a realidade de Altamira e de sua região de influência (RIA). Reconhece-se, então, a existência de certas vinculações entre o fenômeno analisado e o ajuste espacial apresentado por Harvey (2005a), a reestruturação urbana teorizada por Soja

(1993) e a passagem da cidade à sociedade urbana elaborada por Lefebvre (1999), porém de modo que se percebam as nuances de uma mudança incompleta, irregular e em processo de transição. Para se representar essa realidade, parte-se dos conceitos de estruturação (a lógica duradoura e relativamente estável da realidade geográfica) e reestruturação (que se produz nas fissuras, nas agitações que renovam o aspecto do mundo) combinados nas escalas da cidade e da rede urbana. O resultado é um modelo explicativo que expressa os diferentes fenômenos, práticas e processos espaciais que residem no domínio da estruturação, da reestruturação ou na transição entre ambos (nos limiares).

Tem-se, a partir dessa formulação, a explicação adicional enunciada no início desse texto, que concebe a “re-estruturação” como um recurso teórico necessário para expressar a forma particular da espacialidade capitalista em uma região relativamente distante dos centros mais dinâmicos da economia nacional. Tendo em vista que a emergência do grande projeto hidrelétrico trouxe consigo um conjunto de transformações imanentes ao grande capital, não haveria outra forma de representar o estado atual das coisas a não ser por uma configuração híbrida, complexa, porém necessária para se divisar o novo e o velho em seu movimento. É necessário ressaltar que a “re-estruturação” é um termo que apenas deve ser utilizado pensando no modelo aqui apresentado e não substitui a ideia de “reestruturação” em sua definição mais recorrente. É somente a partir da leitura dos nexos e suas devidas posições no modelo (Figura 4) que se terá uma compreensão mais apropriada da proposta aqui delineada, ainda que se reconheça tratar-se apenas de uma aproximação, isto é, de uma forma de ler a realidade em estudo que estará sempre aberta a novas interpretações.

a) os nexos de re-estruturação da cidade

1. consolida-se a rodovia como vetor de crescimento da cidade, ao mesmo tempo em que o rio deixa de ser referência para a habitação;
2. os antigos fatores de localização residencial para as populações de média/alta renda, baseados na proximidade em relação ao rio e a nucleação terciária principal, deixam de ter grande importância;
3. os agentes do comércio dos serviços começam a instalar seus empreendimentos em áreas mais afastadas da nucleação terciária principal, porém ainda conectados em suas mediações.
4. Tendência à periferização da ocupação urbana de forma descontínua (para finalidade residencial) envolvendo vários perfis populacionais e diferentes extratos de renda;

5. Tendência de afastamento de uma parte da população de média/alta renda da área central, sobretudo pela existência de uma melhor infraestrutura em novos espaços residenciais;

6. Afastamento da população de baixa renda da área central, em especial devido as ações desenvolvidas pela Norte Energia e pela lógica do Estado, que induziram o deslocamento de uma parte dessa população para áreas periféricas da cidade (RUC e programa MCMV).

7. as empresas imobiliárias deixam de se basear apenas em capitais de origem local e passam a se constituir a partir de capitais locais, regionais e nacionais;

8. os novos espaços residenciais formais são produzidos com base nos instrumentos de regulação fundamentados na legislação nacional, como sistemas de água, energia e saneamento previamente instalados;

9. altera-se o circuito imobiliário antigo (centrado nas iniciativas do proprietário de terras) para um circuito conduzido por incorporadoras, que estimula a participação de outras frações de capital;

10. A lógica imobiliária conduzida pelo Estado (programa MCMV), ainda não produz grandes impactos positivos nos fatores que induzem a carência habitacional;

11. Apesar de haver maior homogeneidade interna em certos espaços habitacionais, não se verifica a instalação de espaços residenciais exclusivos (condomínios fechados) para alta/média renda;

12. Baixa iniciativa empresarial para produção de residências (casas ou condomínios verticais);

13. As ocupações irregulares deixam de dominar a paisagem, mas ainda persistem enquanto focos de conflitos pelo uso do solo na cidade ;

14. A criação e a expansão dos sistemas de abastecimento de água e de coleta de esgoto em quase toda a cidade modificam sobremaneira a realidade local em termos de saneamento;

15. A realidade do grande empreendimento produziu uma alteração do uso na área central e à maior modernização da paisagem em relação à paisagem tradicional, com a substituição quase por completa da habitação do tipo ribeirinha.

b) os nexos de re-estruturação da rede urbana

1. A RIA ainda se apresenta como uma região funcional caracterizada por interações pouco intensas entre os centros urbanos em comparação a outras regiões da Amazônia em nível semelhante;

2. os fluxos de atendimento de saúde demonstram a ampliação do papel de Altamira nesse tipo de serviço e uma maior capacidade de atendimento entre 2009 e 2015.
3. O asfaltamento da transamazônica (iniciado em 2011) pode ser apontado como um fator para a maior capacidade de Altamira em atender os centros urbanos da RIA;
4. de um modo geral, a rede urbana não rompe com a rede definida pela REGIC em 2007, pelo menos no que se refere a quantidade de centros e suas classificações;
5. Percebe-se um aumento dos fluxos terrestre e aéreos de passageiros (por grandes companhias) e representa a quebra do isolamento de Altamira em nível regional/nacional ;
6. Após Belo Monte, registra-se um aumento dos fluxos (notadamente de pessoas) tanto do tipo intra-regional como extra-regional, permitindo supor a alteração da qualidade de Altamira para uma cidade de maiores relações externas;
7. A dinâmica da população urbana regional demonstra uma tendência de aumento da população urbana sobre a população rural, que sugere uma realidade regional diferente em termos de novas relações de produção, circulação e consumo ;
8. A análise do PIB e de seus valores adicionados revela um papel concentrador da usina hidrelétrica em Altamira (espaço de maior ampliação das atividades urbanas) e em Vitória do Xingu (área de instalação física do projeto).
9. A avaliação do PIB municipal demonstra que a atividade industrial em Altamira se amplia, mas se encontra especialmente vinculada à indústria da construção. A atividade industrial nos demais centros urbanos da RIA é praticamente inexpressiva;
10. A atividade financeira em Altamira cresce de forma expressiva após a introdução de Belo Monte, notadamente vinculada à oferta de crédito imobiliário e de financiamentos diversos, consolidando o seu papel como centro financeiro da região ;
11. não se evidencia a presença mais expressiva de instituições financeiras no conjunto da RIA (inclusive nem todos os centros possuem agências), uma vez que essas se concentram basicamente em Altamira;
12. Altamira amplia o seu quadro empresarial, com várias empresas de comércio e serviços (incluindo as de maior raridade) que sugerem o reforço de seu papel central no âmbito da RIA ;
13. A ampliação empresarial em Altamira revela a grande diferença entre as atividades que se desenvolvem no centro urbano (construção, indústria, serviço e comércio) em relação à atividade agropecuária, que possui crescimento quase inexpressivo;
14. A novas atividades que passam a se desenvolver em Altamira, em sua maioria, atendem não apenas o projeto hidrelétrico, mas a população em geral;

15. Percebe-se uma certa descentralização das atividades empresariais no centro urbano de Altamira (no espaço intraurbano), ainda que não se evidencie uma setorização espacial das mesmas (por exemplo, a inexistência de distritos industriais) ;

O modelo da Figura 4 se associa às representações feitas na figura 1 e sua interpretação deve ser feita de modo a ser conceber o movimento dos nexos dos quadrantes relacionados à estruturação (a e c) aos quadrantes relacionados à reestruturação (b e d). A imagem em questão seria, assim, uma espécie de instantâneo (como uma fotografia), que congela esse movimento a fim de tornar possível sua leitura.

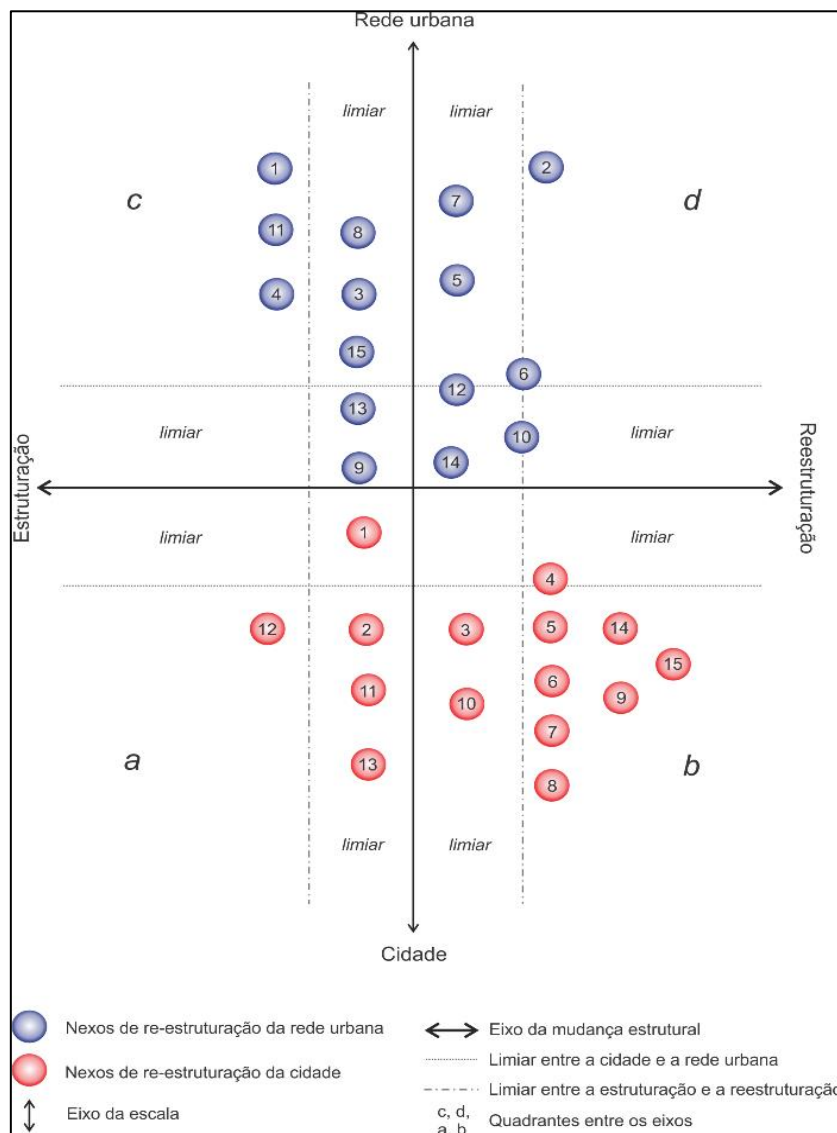


Figura 4 - Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana - Altamira e RIA
Fonte: Produzido por José Q. Miranda Neto

Em cada escala existe, então, um conjunto de nexos que correspondem aos processos, práticas e acontecimentos relacionados à realidade em estudo (descritos nos tópicos a e b, a seguir) e que estão fazendo essa travessia de modo irregular e não homogêneo. Há, ainda, as faixas de transição que correspondem aos limiares e se encontram na passagem entre

cada eixo, de maneira a ser interpretar as intersecções, as nuances entre uma realidade e outra. Desse modo, à medida que os nexos atravessam os limiares entre a estruturação e a reestruturação estão se desprendendo da lógica mais duradoura de constituição espacial e projetando-se em direção ao novo, ao devir. Essa é a própria transformação da quantidade em qualidade, que ocorre em princípio para cada elemento do todo (onexo em sua condição individual) e, depois, é sintetizado de modo geral (dentro do modelo explicativo) permitindo-se constatar, finalmente, se a cidade e a região se encontram (ou não) em um processo de reestruturação.

Os nexos que estão nos limiares entre a escala da cidade e da rede urbana representam uma maior articulação entre cidade e região. De baixo para cima, significam que a cidade está mais afeita à articulação da rede urbana (as rodovias como vetor de crescimento intraurbano, por exemplo) e de cima para baixo, refletem como a rede urbana é influenciada pelos papéis centrais de Altamira (como a ampliação do setor de serviços em Altamira em relação ao conjunto da rede, por exemplo). É, portanto, no limiar entre a cidade e a rede urbana que os nexos relativos a uma ou outra escala se interpenetram e, por vezes, se confundem, permitindo entender como ambas as escalas se inter-relacionam diante das transformações suscitadas pelo empreendimento hidrelétrico.

4. Considerações Finais

Considera-se que o processo de instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte funciona como um evento de re-estruturação da cidade de Altamira e da região sob sua influência. A despeito do que se denomina, aqui, de “re-estruturação”, deve-se considerar uma realidade em que seja possível combinar tanto os elementos da estruturação (que remetem às fases anteriores, mais duradouras ou tradicionais de constituição espacial) quanto da reestruturação (relacionada ao novo, àquilo que representa uma qualidade diferente do que se apresentava anteriormente). Essa realidade decorre da capacidade do grande empreendimento hidrelétrico em acelerar processos espaciais que anteriormente se caracterizavam como pouco dinâmicos, além de criar práticas e processos novos, inéditos ao local e à região, porém devidamente alinhados aos interesses hegemônicos. O resultado é uma realidade formada por uma gama de situações complexas e de difícil classificação, que designam formas híbridas e lógicas bem particulares de constituição capitalista. Não há, por conseguinte, uma passagem total, um salto de um momento qualitativo para outro, mas nexos que vão, gradativamente, alterando suas qualidades individuais até um momento de irrupção.

A leitura do modelo e a descrição dos nexos que o estruturam permitem entender que os eventos desencadeados pela usina hidrelétrica de Belo Monte possuem uma característica concentradora, com nexos que avançam bem mais na direção $a \rightarrow b$ (reestruturação da cidade) que na direção $c \rightarrow d$ (reestruturação urbana). Além disso, aqueles fatores que permitem uma maior abertura da Região de Influência de Altamira à dinâmica capitalista recente se fazem de modo lento e/ou pouco consistente, representados pela baixa taxa de urbanização, pela fraca industrialização, pelas dificuldades de acesso rodoviário e pela insipiente instalação de instituições financeiras e demais iniciativas empresariais. Mesmo na escala da rede urbana, são os papéis de centralidade atribuídos a Altamira que permitem ultrapassar os limiares, como a ampliação dos fluxos aéreos, a maior capacidade de atendimento em termos de saúde e educação e os fatores relativos ao enquadramento terciário, com a maior presença de serviços raros presentes neste centro urbano.

Essa função concentradora esteve condicionada e, dialeticamente, condicionou a entrada de diferentes sujeitos relacionados ao grande projeto hidrelétrico (empresas construtoras, prestadores de serviços e afins) e de outros que transformaram a cidade em um amplo espaço de negócios (empresas do setor terciário, incorporadoras, imobiliárias, bancos etc.). Esses sujeitos passaram, então, a tecer suas práticas espaciais e suscitar a emergência de processos novos, alguns com capacidade de irromper os limiares em direção à reestruturação, como se expressa na produção de descontinuidades espaciais, na tendência à setorização dos espaços residenciais, na intensificação do uso do solo na área central e na alteração do mercado imobiliário local. Outros, entretanto, produzem mudanças de modo embrionário e, apesar de representarem o novo em nível local (no singular ou no particular), não expressam rupturas em nível geral, isto é, na constituição da cidade e do urbano de modo mais amplo.

Referências

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABRAMO, P. **A dinâmica imobiliária. Elementos para o entendimento da espacialidade urbana**. In: Cadernos IPPUR/UFRJ. Ano III, n° Especial, Dezembro de 1989.

BATELLA, W. B. **Os limiares das cidades médias: reflexões a partir da cidade de Teófilo Otoni-MG**. 2013. 228 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1990 (Série Princípios)

BRAUDEL, F. **Escritos sobre história**. São Paulo Perspectiva, 1978.

CORRÊA, R. L. **Diferenciação sócio-espacial, escalas e práticas espaciais**. CIDADES, v. 4, n. 6, 2007, p. 62-72.

COSTA, É. F. N. da. **Periferização, dispersão e fragmentação urbana em cidades intermediárias da Amazônia: o caso de Altamira-PA**. 2013. 159f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, da Universidade da Amazônia. Belém.

GOMES, P. C. da C. **O conceito de região e sua discussão**. In: CASTRO, Iná E; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000, p. 49-76.

GOTTDINIER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. 1ª reimp. São Paulo: Edusp, 2010.

HARVEY, D.. **A justiça social e a cidade**. São Paulo, HUCITEC, 1980.

_____. **Condição pós-moderna**. 1ed. São Paulo: Loyola, 2005a.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Região de influência das cidades: 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **Divisão urbano-regional: procedimentos operacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

LEFEBVRE, Henry. **De lo rural a lo urbano**. 2ed. Barcelona: Cultura Libre, 1973.

_____. **Lógica Formal, lógica dialética**. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983 [1969].

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1999.

NORTE ENERGIA S.A. **Resposta ao jornal O Globo**. 2015. Disponível em: <<http://northeastenergia.com.br/>>, acesso em 10/12/2015b.

PIAGET, J. **O Estruturalismo**. Difel São Paulo, 1979.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: Globalização e meio técnico, científico, informacional**. 4ed. São Paulo, Editora Hucitec, 1998.

_____. **A urbanização brasileira**. 5ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS M & SILVEIRA M L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCOTT, A; S, M. **The nature of cities: the scope and limits of Urban Theory**. In: International journal of urban and regional research, Volume 39, Issue 1, Version of Record online: 30 Mar 2014. <http://doi:10.1468-2427.12134>.

SILVA, J. M. P. da. **Território e Mineração em Carajás**. 1ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social.** Tradução: Vera Ribeiro; revisão técnica, Bertha Becker, Lia Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo.** Tese (Livre Docência) - UNESP, Presidente Prudente, 2005.

SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R.. (orgs.). Uma rede de pesquisadores, sua pesquisa e o caminho partilhado. In: SPOSITO; M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Orgs.). **Cidades médias, agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró.** 1ed. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

TOURINHO, H. L. Z. **Estrutura urbana de cidades médias amazônicas: Análise considerando a articulação das escalas interurbana e intraurbana.** 2012. 576 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

TRINDADE JR., S. C.; ROCHA, G. M. (Orgs.). **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local.** Belém: Paka-Tatu, 2002.

TRINDADE JR., S. C. da. Et al. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas da Amazônia. In: TRINDADE JR., S. C. da. TAVARES, M. G. da C. (Orgs). **Cidades Ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências.** Belém: EDUFPA, 2008.

Recebido em 01/12/2016

Aceito em 21/09/2017